

EDITORIAL

Dando continuidade à divulgação das reflexões, estudos, investigações e atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), publicamos com grande entusiasmo o volume 7, número 1, de 2018, da Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais (RMSDE). Retratar, em mais este número, inquietações e ponderações de estudantes, pesquisadores e intelectuais, que no âmbito de uma realidade contraditória, observam-na com a criticidade necessária à produção de conhecimento científico com responsabilidade socioambiental e engajamento político. Isto, de forma a contribuir com uma paulatina transformação da realidade para uma cidadania plena, estimulando debates e ações na sociedade que conectem as possibilidades de redução das desigualdades sociais, de preconceitos e discriminações, fortaleçam a justiça ambiental, promovendo, assim, maior qualidade de vida a todos e todas.

Aqui buscamos traduzir olhares a partir de localidades, mas considerando as inter-relações e influências das dinâmicas em escala global, revelando tessituras que produzem e reproduzem, transformam e ressignificam espaços, ambientes, enfim, que erigem a relação entre sociedade e natureza atualmente.

O ânimo com que oferecemos ao público este número da nossa revista retrata a permanente e inflexível aspiração de levar conhecimento científico em temáticas interdisciplinares, que transversalizam com nossos anseios e propósitos. Estes se dão, sobretudo, no enfrentamento de um sistema que tem degradado, explorado intensamente – e paradoxalmente – os ‘recursos’ naturais e as pessoas. Por isso, a incitação ao debate de questões que fundam nossas fragilidades, dando voz e vigor aos movimentos negros de defesa de direitos, aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, aos movimentos de legitimação dos direitos de LGBT's, às lutas dos povos indígenas, ao respeito e a valorização da diversidade religiosa e cultural, aos movimentos de agricultores para produção agroecológica e sustentável e pela soberania alimentar, ao acolhimento de imigrantes. Ansiamos, destarte, em diálogo e interação com os movimentos sociais, fortalecer suas convergências e valores de modo a responder de forma articulada e sistêmica às incongruências que tolhem a efetivação dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, os artigos presentes nas seções Movimentos Sociais na Cidade e no Campo; Produção do Espaço: Atores, Instrumento e Conteúdos; Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania; Sociedade e Natureza, Questão Ambiental e Territorial Sustentável; e o ensaio que ora são publicados, revelam a substancialidade dos debates contemporâneos, sobretudo no âmbito da ciência geográfica, apontando desafios, mas também possibilidades, para avançarmos no fortalecimento da cidadania, na direção de uma apreensão da realidade que considere sua complexidade.

Assim sendo, resumimos a seguir a forma como está organizado o conteúdo deste número da RMSDE. Na seção **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo** se encontram três artigos, o primeiro, intitulado “Movimento Social Judeu que resultou no Cristianismo Primitivo: da pregação da “boa nova” por Cristo, nos territórios da Palestina do século I, à interpretação do seu discurso, no século XXI”, de autoria da Beatriz Maria Soares Pontes, versa sobre como um movimento social que, no início, pretendeu questionar a forma como o judaísmo era levado a termo, no decurso da vida de Cristo, transformou-se, paulatinamente, no que depois foi reconhecido como o cristianismo primitivo. Passando pelo exame dos modos de produção pré-

capitalista tributário escravagista, pela formação econômica, estratificação social e estrutura política da Palestina desta época, até a análise e interpretação do discurso de Jesus no século XXI.

O segundo artigo tem como título “Da Mobilização no Espaço às Territorialidades e Discursos Passivos nos Territórios: os casos dos projetos de assentamentos Independência e Varamé I – Passira-PE”, de autoria do Hugo Arruda de Moraes, apresenta sucintamente os resultados das análises feitas em torno da construção dos assentamentos rurais Independência e Varamé I, localizados em Passira-PE, a partir de reflexões que permeiam o processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas, tendo por base as territorialidades ativas e/ou passivas. Utilizando-se da técnica da Análise Crítica do Discurso, o autor descreve, interpreta e explica os discursos, os quais, após as análises, demonstram que há entre as famílias assentadas dos PA Independência e Varamé I ações de forte individualização e um crescimento de uma concepção de não pertencimento ao lugar, impossibilitando o surgimento de estratégias inclusivas com capacidade de inovação e transformação do território. Assegurando, por fim, que o que ocorre de fato é um processo de desmobilização em termos de discursos e da tentativa de novas mobilizações coletivas nos territórios.

E o terceiro artigo, intitulado “Territórios Ameaçados no Contexto de Expansão da Urbanização Neoliberal – o caso do Coque-Recife-PE”, que tem como autor e autoras, respectivamente, Cláudio Jorge Moura de Castilho, Diana Carolina Gómez Bautista, Dóris Jamylla Siqueira Lopes Campos e Milena Barros Gomes, debate a necessidade de fortalecimento dos territórios vividos em resistência aos avanços da expansão urbana neoliberal na cidade do Recife-PE, tendo como referência o território do Coque. Partindo desta experiência de resistência, a investigação, desenvolvida por integrantes do grupo de pesquisa MSEU, identificou o retorno de maneira célere da postura urbanística higienista em Recife. Utilizou-se como procedimento metodológico uma abordagem relacional, mediante a qual a interdisciplinaridade é considerada como caminho fundamental à apreensão e explicação da complexidade do processo de urbanização capitalista.

Na seção **Produção do Espaço: atores, instrumentos e conteúdos** há quatro artigos, o primeiro “Agroecological Farmers’ Movement in Brazil. A practical example of multi-stakeholder approach for rural development”, de autoria do Andrea Pronti, discute a utilização de uma abordagem multiparticipativa pelos movimentos de agricultores no Brasil, introduzindo a agroecologia para melhorar as condições socioeconômicas e ambientais, com o objetivo de obter a soberania alimentar territorial para uma produção efetivamente sustentável de alimentos. Explora tal questão com foco no caso da intervenção *multistakeholder* baseado na agroecologia para o desenvolvimento rural da Região Leste de Minas Gerais, no Brasil. Uma área peculiar, tanto pelas dificuldades socioeconômicas dos pequenos agricultores, quanto pela forte fragilidade ambiental. Intervenção esta propiciada por um projeto de cooperação internacional entre a Itália e o Brasil, que permitiu impulsionar redes locais de agricultores interessados em uma transição agroecológica endógena.

O segundo, “Símbolos Municipais de Barreiras (Bahia, Brasil): representações do território no limite entre identidade e poder”, que tem como autor Paulo Roberto Baqueiro Brandão, analisa os símbolos oficiais de um município – bandeira, brasão e hino – enquanto representações sintéticas de uma identidade e das relações de poder que, ao longo da história, são conduzidos, de forma efetiva ou como intenção, pelos agentes locais na construção do território que lhes cabe representar. O autor propõe uma leitura sistemática, crítica e reflexiva de tais símbolos e dos seus elementos constitutivos, destacando que podem gerar uma interpretação das formas de representação ali contidas. Além disso, busca compreender as concepções de território que dois dos três símbolos citados – brasão e bandeira – carregam, evidenciando, assim, as intencionalidades que vigem no limite entre identidade e poder, neste caso, tratando do

município de Barreiras (Bahia, Brasil), concebido por suas elites como a “capital do agronegócio”.

O terceiro, “Mapas... Por quê? Por quem? Para quê?”, desenvolvido por Marcela de Avellar Mascarello, Caio Floriano dos Santos e André Luiz de Oliveira Barbosa, realiza uma discussão acerca da cartografia e suas tecnologias, bem como da cartografia social e sua evolução através de uma revisão bibliográfica sobre a temática, debatendo sobre os propósitos e objetivos que envolvem a elaboração de um mapa (Por quê? Por quem? Para quê?) e as relações de poder estabelecidas. Jogam luz a uma construção histórica dos mapas de forma verticalizada, com intuito de legitimar o processo de conquista por parte do Estado (posteriormente por empresas), discutindo como isso vem sendo questionado na atualidade e acaba dando lugar a novas formas de abordagem cartográficas, como por exemplo: cartografia social, mapeamentos participativos, dentre outras. Para embasar as discussões foram observados dois exemplos de Observatórios de Conflitos (Minas Gerais e Extremo Sul do Brasil) que têm realizado mapeamento de conflitos ambientais e assessoramento técnico à movimentos e grupos sociais em suas lutas.

No quarto artigo, “Privatização do acesso aos ventos marítimos: o caso do bairro Boa Viagem – Recife/PE”, Arthur Felipe de Melo Teixeira e Armando Peres Quintas Neto relacionam o processo de produção do espaço e os elementos naturais não considerados e incluídos em ações de planejamento territorial, fator que influencia negativamente na promoção da qualidade de vida para as pessoas. Levando em conta a realidade verificada no bairro Boa Viagem, localizado na zona sul-sudeste do município de Recife/PE, observam como vem sendo produzido, ao longo de décadas, um modelo de expansão prioritariamente vertical na faixa costeira. Foi realizado através de revisão bibliográfica, bem como da interpretação de representações cartográficas e entrevistas. Os principais resultados chamam nossa atenção para a inexistência de preocupação por parte do poder público no que se refere ao controle da ocupação do espaço no bairro, bem como para a constatação da privatização dos ventos marítimos.

A seção **Planejamento e Gestão, Políticas Públicas e Cidadania** possui o artigo “Reflexões sobre Políticas Públicas e Espaços Turísticos em Oiapoque/AP”, de autoria de Rubio José Ferreira e Célia dos Santos Narciso, que busca contribuir para o debate em torno do planejamento e da gestão do turismo em Oiapoque, no estado no Amapá. A pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), parte do pressuposto de que é preciso conhecer o real para planejar o ideal desejado e, assim, avançar no sentido de mudanças positivas que alcancem todos os grupos sociais. Baseia-se em conceitos e categorias de análise espacial, dinâmicas espaciais e políticas públicas, as quais dão conta de que, no tocante ao turismo, que tem como base o deslocamento de pessoas, preponderantemente para fins de lazer e descanso, demanda um conjunto de infraestruturas, para o que as políticas públicas exercem papel relevante. Observam, deste modo, que embora haja alguma articulação das ações dos governos no sentido de alavancar o turismo em Oiapoque, precisa-se criar mecanismos que tornem o turismo naquele lugar um dos instrumentos para o desenvolvimento local. Do contrário, afirmam, os espaços turísticos de Oiapoque continuarão sendo excludentes.

Na seção **Sociedade e Natureza, Questão Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável** disponibilizamos igualmente três artigos, o primeiro “Processo Participativo das Comunidades Rurais no ‘Sequestro do Carbono’ em Moçambique”, tem como autor André Camanguira Nguiraze, o qual apresenta algumas reflexões sobre a incorporação de práticas participativas e de mecanismos voltados para a articulação das comunidades rurais no processo de “sequestro de carbono”, na zona tampão, do Regulado de Nhambita, em Moçambique. Realizou-se uma pesquisa-ação que permitiu acompanhar e avaliar as ações participativas

empreendidas nas comunidades rurais moçambicanas, quanto ao sequestro do carbono, através do envolvimento no agroflorestamento. Assim, foi possível compreender os mecanismos da produção alimentar e os riscos de estarem seriamente comprometidas nesta atividade, devido à implementação de projetos de plantio e conservação de árvores para a captura de carbono e à chamada Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal Plus (REDD+). Para o que conclui que os projetos implementados na localidade podem conduzir as comunidades locais a graves situações de insegurança alimentar e resultar na perda da posse de terra e do controle de recursos florestais por parte de camponeses, justamente porque o comércio de carbono e REDD+ readapta os camponeses a “cultivar” o carbono a serviço dos países poluidores.

O segundo, intitulado “Mudanças Climáticas, Eventos Extremos e Deslocados Ambientais: caso Palmares/PE”, tem como autores e autoras Afonso Feitosa Reis Neto, Sofia Oliveira de Barros Correia, Stevam Gabriel Alves, Werônica Meira de Souza, Josiclêda Dominiciano Galvêncio e Maria do Socorro Bezerra de Araújo. Trata do evento meteorológico extremo ocorrido em Palmares/PE, em junho de 2010, e que ocasionou o surgimento de refugiados e/ou deslocados ambientais. Utilizando o software Climap para analisar os dados meteorológicos, assim como convenções e protocolos da Organização das Nações Unidas que disciplinam a temática das migrações de populações por causas ambientais, além disto, consultas em artigos científicos e informações jornalísticas sobre o episódio ocorrido no estado de Pernambuco, para o atingimento dos objetivos. Os resultados indicaram que a precipitação pluviométrica ocorrida à época foi um evento extremo que se diferenciou totalmente dos registros históricos já observados ao longo da série de dados (1964 a 2014), e que em Palmares/PE parte dos indivíduos que saíram do município podem ser considerados deslocados ambientais e não refugiados ambientais.

E o terceiro, “A Expansão Urbana de Garanhuns-PE entre 1811 e 2016 e suas Implicações Socioambientais”, escrito por Antonio Benevides Soares e Adriano Lima Troleis, analisa a expansão urbana de Garanhuns-PE entre 1811 e 2016 considerando as implicações socioambientais desse processo em nascentes de água presentes no meio urbano, sopesando os processos dinamizadores da economia que intensificaram a expansão urbana ao longo da história, na cidade de Garanhuns-PE. De tal modo, o estudo promoveu uma caracterização do meio físico com destaque aos aspectos relevantes ao processo de ocupação e a partir disso também caracterizou a expansão de Garanhuns com foco no uso e na ocupação do solo no entorno das áreas de nascentes, produzindo assim, um mapa síntese dos diferentes períodos de evolução da mancha urbana de Garanhuns entre 1811 e 2016.

Por fim, a seção **Ensaaios, Resenhas e Entrevistas** aborda, em seu primeiro ensaio, a temática “Direito à Habitação em Portugal: comentário crítico ao Relatório apresentado às Nações Unidas 2017”, de autoria de Luís Morais, Rita Silva e Luís Mendes, em que são tecidos comentários críticos ao relatório produzido pela Relatora Especial das Nações Unidas (NU) para a questão da habitação em Portugal, durante a sua visita a este país no fim do ano de 2016 e apresentado ao Conselho dos Direitos Humanos das NU em Março de 2017. Tal relatório examina a implementação do direito à habitação, incidindo sobre a legislação nacional, as políticas e os programas, bem como os problemas estruturais existentes neste domínio e os desafios ainda a serem superados para se alcançar o Direito à Habitação a nível nacional e subnacional. A análise do autor dá particular importância às comunidades vulneráveis, sobretudo num contexto de austeridade de pós crise capitalista 2008/2009, e às propostas e recomendações políticas feitas pelas NU ao Governo Português.

No segundo ensaio, “Cooperativismo e educação: reflexões, potencialidades e estratégias para o ensino de Geografia”, Armando Peres Quintas Neto, Arthur Felipe de Melo Teixeira e Maria do Rozário Azevedo Silva refletem sobre o ato de ensinar e buscam formas de fortalecer as qualidades da ciência geográfica enquanto ciência do espaço cidadão. Têm como fio condutor e pano de fundo uma experiência de sala de aula, ocorrida em 2015, numa escola da rede privada do Recife-PE, onde foram desenvolvidas suas reflexões sobre as perspectivas e aproximações da organização cooperativa em uma sala de aula. Percorrendo um caminho teórico que aborda a autonomia freireana, a governamentalidade foucaultiana e o próprio cooperativismo, buscam trazer um debate necessário não só às ciências geográficas, mas a todos que pensam a educação em tempos de “Escola sem Partido”.

Esperamos que a leitura estimule profícuas reflexões e entusiasme todos e todas a integrarem-se a este espaço, fortalecendo nossa rede de colaboração para o bem comum e para o nosso bem viver.

Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes.

Recife – período pré-eleitoral em um momento de crise democrática –, inverno de 2018.